



DENÚNCIA

Força Sindical, dirigida até recentemente pelo candidato a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes, continuará sendo investigada pela Corregedoria Geral da União

Paulinho escapa de acusação

Ugo Braga e
Alberto Ramos
Da equipe do **Correio**

Em nota oficial divulgada ontem, o Ministério do Trabalho descartou a hipótese de uma mesma pessoa ter participado de 35 cursos de qualificação profissional em diferentes cidades e regiões do país. Tais cursos são pagos com dinheiro público, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A suspeita de fraude gerou denúncias de que, no ano passado, a Força Sindical havia desviado recursos do FAT. Até abril, a instituição era presidida por Paulo Pereira da Silva, candidato a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes (PPS, PTB e PDT).

O chefe de gabinete da secretaria executiva do Ministério do Trabalho, Clóvis Curado, disse ao **Correio** que a nota não serve de salvo-conduto à Força Sindical. "Não há intenção de isentar nenhuma entidade", falou. Segundo ele, a comissão de sindicância apurou ter havido erro de digitação no cadastramento de uma trabalhadora paulista, a cozinheira Ana Mesquita de Oliveira. Para inscrevê-la num curso de cozinheiro básico, uma empresa contratada pela Força usou o CPF 999.999.999-99.

O mesmo número aparece na inscrição de outros 34 trabalhadores Brasil afora, todos cadastrados por empresas contratadas pela Força. "Quando puxamos o relatório dos cursos em 2001, todos os CPFs 999.999.999-99 foram considerados pelo computador como uma pessoa só", explicou Curado. Ele não sabe explicar a coincidência. Mas afirma que o sistema de informática aceitou o CPF como válido por se tratar de um algo-

ritmo reconhecido pelos computadores do governo.

A prestação de contas da Força Sindical ainda está sob análise no Ministério do Trabalho. Mas Curado afirmou que caberá à central provar que os trabalhadores cadastrados sob o CPF 999.999.999-99 existem e participaram dos cursos pagos pelo FAT. Em 2001, a Força recebeu R\$ 38 milhões e treinou 245 mil pessoas, conforme dados oficiais.

O caso continuará sendo auditado pela Corregedoria Geral da União. A ministra Anadyr Mendonça também divulgou nota oficial. Nela, afirmou que a nota do Ministério do Trabalho não encerra as dúvidas levantadas quanto à utilização correta dos recursos.

As suspeitas sobre a central ligada a Paulo Pereira da Silva está se transformando numa *saia justa* para o presidenciável Ciro Gomes (PPS). Em entrevista ao *Jornal da Globo*, na segunda-feira, Ciro disse que Paulinho não estava sendo "pessoalmente investigado". O candidato insistiu que não existe nenhuma denúncia a respeito da malversação de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "O Paulo é um homem simples, de patrimônio modesto, que não tem sigilo fiscal nem bancário", disse Ciro aos jornalistas.

Esta não é a única denúncia que envolve o vice de Ciro. Paulinho também é alvo de uma investigação do Ministério Público Federal. Nos próximos dias, a Procuradoria da República em Marília, no interior paulista, intimará o sindicalista a prestar depoimento. Quer explicações sobre o negócio realizado pela Força na compra da Fazenda Ceres, em Piraju.

Em abril do ano passado, a central usou R\$ 2,75 milhões do Banco da Terra para adquirir o imóvel. O negócio beneficiaria 72 famílias, mas o projeto acabou abandonado. O Ministério Público suspeita que tenha havido superfaturamento.

Paulinho foi alvo de reportagem sobre suposta tentativa de suborno do ex-sindicalista Wagner Cinchetto. Autor de denúncias contra dirigentes da Força, Cinchetto alega que Paulinho ofereceu R\$ 3 milhões para que se calasse. Por meio de uma nota à imprensa, Paulinho nega todas as acusações. E informa que vai processar o antigo aliado.

Robson Fernandes/AE 30.07.02



PAULINHO DIVULGOU NOTA EM QUE NEGA DENÚNCIAS. ELE TAMBÉM PRETENDE PROCESSAR EX-ASSESSOR

CANELADA VIRTUAL

O site *Globo.com* criticou ontem o concorrente UOL. Estampou na Internet uma nota com o título: Uol mente: Site atribui a *Época* notícia publicada pela *Folha de S.Paulo*. O texto afirma que o UOL teria colocado *Época* como fonte da matéria em que o Ministério do Trabalho afirma ter cometido erro ao fazer cadastro de trabalhadores da Força Sindical. "É em função desse comportamento que o UOL perdeu a liderança entre os sites noticiosos para o *Globonews.com*", afirmou a nota.